

A REPÚBLICA VISTA POR UM REPÓRTER FRANCÊS

Jornalista francês para cá enviado pelo "Journal des Débats" à cata de novidades assim que ocorreu a proclamação da República, Max Leclerc aproveitou a reportagem que preparou para o jornal transformando-o num dos livros mais interessantes sobre o Brasil da época: **Lettres du Brésil** (Paris, Plon, 1890). Do interesse do livro, escreveu Sérgio Milliet no prefácio à edição brasileira (São Paulo, Editora Nacional, 1942, "Brasileira", v. 215): "O que viu e ouviu esse repórter não nos pode agradar demasiado. Em sua correspondência, embora se mantenha num nível elevado de linguagem, sublinha defeitos graves de nosso temperamento, erros lamentáveis de nossa administração. É um testemunho, entretanto, que não temos o direito de ignorar e que, sem dúvida alguma, contribuirá em muitos pontos para esclarecer esse período de nossa história".

*

(...) O povo brasileiro recebeu há mais de meio século um presente bastante perigoso: uma constituição parlamentar. D. Pedro I não percebeu sem dúvida que entregava a mãos grosseiras e inábeis um instrumento delicado de metal fino, cuja lâmina aguçada iria feri-las ao ser utilizado. Para um governo parlamentar faltavam ao povo costumes políticos, o hábito do "self-government", e ao espírito público uma orientação definida, uma educação suficientemente adiantada; em suma, carecia o povo de uma consciência de si próprio.

Em conseqüência, o governo pessoal que sobreviveu à proclamação da Constituição degenerou em anarquia pacífica, o regime parlamentar transformou-se em política de clans, no Parlamento em intrigas de bastidores e mexericos intermináveis. Contudo, o funcionalismo graduado permanecia em geral sadio. Deste ponto de vista pode-se estabelecer uma diferença muito marcada entre o Brasil e as repúblicas hispano-americanas; enquanto nestas o partido que se apossa do poder explora cinicamente o crédito do estado e os altos cargos que ocupa, e seus chefes não abandonam o lugar senão depois de alcançarem fortunas escandalosas, no Brasil os ministros deixam o poder de mãos limpas, alguns mais pobres ainda do que ao assumi-lo. Mas não escapam em geral a uma incurável fraqueza do caráter brasileiro, a condescendência para os parentes e amigos.

O governo Imperial nunca se decidiu a adotar nas suas relações com as províncias uma linha de conduta francamente definida: é impossível dizer se seus atos provinham de um pensamento centralizador ou de um princípio contrário; o "laissez-faire" alternava com o excessivo rigor; donde uma incerteza fatal ao desenvolvimento rápido e espontâneo das províncias. No imenso território brasileiro, sob os climas mais diversos, formaram-se núcleos de independência, ambientes originais. Fora necessário ao governo central um punho firme mas hábil, uma larga inteligência das diferentes necessidades e das energias desiguais desses membros de um mesmo corpo; mas nenhuma dessas qualidades se encontraram nele. A autonomia provincial existia legalmente; na prática foi falseada ou anulada. Nem as justas impaciências, nem os vigorosos impulsos, nem as reclamações instantes das províncias jovens, ativas e prósperas, conseguiram quebrar a força de inércia do poder central. As partes mais vivas do Império sentiram-se tomadas por um vago mal-estar que acabou por se acentuar e tomar vulto sob a forma republicana no que ela tem de mais justificável e irresistível. Por isso, nas Províncias mais adiantadas, a queda do Império foi saudada como uma libertação, como a chegada de um regime mais inteligente das necessidades provinciais — a República Federativa em suma.

Sob o império de uma constituição tomada de empréstimo, quanto ao regime parlamentar, ao sistema inglês, quanto ao princípio federativo, aos Estados Unidos, era a administração regida por algumas regras copiadas do direito administrativo francês, inspiradas porém em um espírito totalmente oposto, e naturalmente despidas das tradições que as justificam. Os estadistas brasileiros chamados a legislar ou a redigir regulamentos para um grande país novo, cujas necessidades diferiam singularmente das de uma das nações mais centralizadas do mundo, foram prejudicados pelas suas leituras quase exclusivamente francesas. De uma justaposição de princípios tão diversos somente confusão podia resultar e conflitos incessantes surgirem. Por um lado faltavam ao pessoal administrativo a coesão, o espírito de disciplina, uma educação profissional séria, a consciência de seus deveres.

(...) Nesse solo é que se implanta a república. Esta foi proclamada, mas até agora o que existe é apenas uma ditadura militar. O nascimento já foi registrado mas o recém-nascido é ainda *infans*; só com o tempo sua personalidade se revelará, depois que se tiver libertado da tutela dos seus padrinhos: os militares. Que dificuldades encontrará nesse caminho apenas iniciado? A que empreendimentos, a que cuidados urgentes deverá consagrar seus esforços ao entrar na vida consciente e independente?

A república, emancipada, libertada das preocupações de um presente incerto, deverá encarar com firmeza o futuro; muitos, dentre os homens de 15 de novembro, senão todos, terão desaparecido do palco, gastos por um papel demasiado pesado e desempenhado febrilmente;

inúmeros estadistas formados no antigo regime, habituados ao governo, tentarão por ordem nas construções ambiciosas e apressadas dos revolucionários. O primeiro governo republicano legalmente constituído terá, senão grandes coisas a fazer, pelo menos obras de grande fôlego a empreender: entre outras atacar de frente o problema militar. Como os homens de 15 de novembro poderiam resistir às exageradas pretensões de seus auxiliares da véspera? Onde um marechal revoltoso, que ontem deu um exemplo berrante de indisciplina, encontraria forças para restaurar a disciplina abalada? Essa tarefa caberá a seus sucessores. Estes deverão banir a política do exército, retirar o direito de voto aos oficiais e obrigá-los a optarem uma vez por todas entre a profissão de agitador popular e o dever de soldado; estes deverão dispersar, de acordo com as necessidades do serviço, os regimentos pelas províncias; deverão em suma reintegrar o exército nas suas funções, mas também tratá-lo com justiça. Seu primeiro dever será, em seguida, organizar a educação do povo brasileiro, chamado a governar-se por si próprio; tal tarefa é dispendiosa e delicada. A autonomia das províncias, transformadas em estados, não passaria de uma palavra sem sentido ou significaria a anarquia generalizada se ao povo não fosse dada a capacidade de escolher com conhecimento de causa seus mandatários e de controlar-lhes a ação. Fornecendo aos cidadãos os meios necessários à sua instrução, deverá o governo da República, ao mesmo tempo, resolver o grande problema da imigração, a fim de não condenar o país ao empobrecimento gradual e à anemia. Nessa ocasião terá o Brasil necessidade de estadistas que conheçam seu próprio país e a Europa e tenham consciência plena da importância vital do problema; que sejam isentos de preconceitos de classe ou raça e possuidores de uma inteligência aberta e de um caráter firme; e finalmente, que se disponham a abrir os braços aos homens fortes que venham tentar fortuna, deixando-os, para bem de todos, conquistar no patrimônio nacional um bocado digno deles, um bocado susceptível de ligá-los à sua nova pátria.

(*Cartas do Brasil*, p. 164-167; 169-171. Trad. pref. e notas de Sérgio Milliet. São Paulo, Editora Nacional, 4942. Col. "Brasília", v. 215. Na edição original francesa, os trechos transcritos ocorrem às pp. 223-228 e 231-235).